



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E NOTAS EXPLICATIVAS

Agência Adventista de Desenvolvimento e Recursos Assistenciais Sul
31 de dezembro de 2015 e 2014
com Relatório da Administração



Índice

DADOS DA ENTIDADE	3
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO	4
BALANÇO PATRIMONIAL (ATIVO E PASSIVO)	5
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO PERÍODO	6
DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO (Nota 08)	6
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	7
NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	8
NOTA 01 - CONTEXTO OPERACIONAL	8
NOTA 02 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	8
NOTA 03 – SUMARIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS	9
NOTA 04 - OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO (PASSIVO CIRCULANTE)	10
NOTA 05 – FUNDOS PARA PROJETOS (PASSIVO CIRCULANTE)	10
NOTA 06 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO	10
NOTA 07 - REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS	10
NOTA 08 - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA (DFC) - MÉTODO INDIRETO	10
NOTA 09 - RECEITAS	10
NOTA 10 - DO RESULTADO DO EXERCÍCIO	10
NOTA 11 - COBERTURA DE SEGUROS	11
NOTA 12 - IMUNIDADE E ISENÇÃO TRIBUTÁRIA	11
NOTA 13 – NÃO DISTRIBUIÇÃO DE RESULTADOS	11
DECLARAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO	12

Agência Adventista de Desenvolvimento e Recursos Assistenciais Sul

Dados das Entidades

31 de dezembro de 2015 e 2014



DADOS DA ENTIDADE

Sede Matriz:

Agência Adventista de Desenvolvimento e Recursos Assistenciais Sul

CNPJ 17.578.142/0001-33

Rua João Carlos de Souza Castro, 562 – Guabirota – Curitiba / PR



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Cumprindo as disposições legais e estatutárias, submetemos para apreciação, as Demonstrações Financeiras e as Notas Explicativas, da **Agência Adventista de Desenvolvimento e Recursos Assistenciais – ADRA SUL**, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

Diretoria:

Marlinton Souza Lopes

Presidente

CPF 037.015.538-66

Carlos Alberto Blotz

Conselheiro Fiscal

CRC/PR 063935/O-1

CPF 019.579.789-29

Pablo Leonardo de Lima Ramos

Contador

CRC/PR 063935/O-1

CPF 057.956.689-74



BALANÇO PATRIMONIAL (ATIVO E PASSIVO)

(Em Reais)

Código	Descrição da Conta	Nota Explicativa	Último Exercício 31/12/2015	Exercício Anterior 31/12/2014
1	Ativo Total		8.162	2.800
1.01	Ativo Circulante	03.1	8.162	2.800
1.01.01	Caixa e Equivalente de Caixa	03.3	8.162	2.800
<i>1.01.01.01</i>	<i>Banco Conta Movimento</i>		<i>8.162</i>	<i>2.800</i>
1.02	Ativo Não Circulante		0	0
1.02.01	Imobilizado		0	0

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

Código	Descrição da Conta	Nota Explicativa	Último Exercício 31/12/2015	Exercício Anterior 31/12/2014
2	Passivo Total		8.162	2.800
2.01	Passivo Circulante	03.1	8.162	2.800
2.01.01	Contas a Pagar	04	5.126	1.982
<i>2.01.01.01</i>	<i>Fornecedores de Bens e de Serviços</i>		<i>0</i>	<i>302</i>
<i>2.01.01.02</i>	<i>Obrigações Sociais</i>		<i>0</i>	<i>0</i>
<i>2.01.01.03</i>	<i>Obrigações Fiscais</i>		<i>0</i>	<i>0</i>
<i>2.01.01.04</i>	<i>Outras Contas a Pagar</i>		<i>5.126</i>	<i>1.680</i>
2.01.02	Fundos	05	3.036	0
<i>2.01.02.01</i>	<i>Recursos para Projetos</i>		<i>3.036</i>	<i>0</i>
2.02	Passivo Não Circulante		0	0
2.02.01	Realizável a Longo Prazo		0	0
2.03	Patrimônio Líquido	06	0	818
2.03.01	Patrimônio Social		0	818
<i>2.03.01.01</i>	<i>Patrimônio Social</i>		<i>0</i>	<i>0</i>
<i>2.03.01.02</i>	<i>Superávit ou Déficit Acumulado</i>		<i>818</i>	<i>272</i>
<i>2.03.01.03</i>	<i>Superávit ou Déficit do Período</i>		<i>(818)</i>	<i>546</i>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras



DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO PERÍODO

(Em Reais)

Código	Descrição da Conta	Nota Explicativa	Último Exercício 31/12/2015	Exercício Anterior 31/12/2014
3.01	Receitas Líquidas	03.6 e 09	8.413	4.504
3.01.01	Receitas de Doações, Subvenções e Outras		8.413	4.504
3.01.01.01	Doações Recebidas – Livre		2.974	848
3.01.01.02	Subvenções Não Governamental – Livre		5.439	3.656
3.02	Resultado Bruto		8.413	4.504
3.03	(-) Despesas		(9.231)	(3.958)
3.03.01	(-) Despesas Operacionais		(9.231)	(3.958)
3.03.01.01	Despesas com Pessoal		(0)	(0)
3.03.01.02	Despesas com Terceiros		(0)	(0)
3.03.01.03	Encargos Sociais e Previdenciários		(0)	(0)
3.03.01.04	Administrativas e Gerais		(591)	(3.265)
3.03.01.05	Despesas com Materiais		(5.854)	(693)
3.03.01.06	Encargos Tributários		(36)	(0)
3.03.01.07	Outras Despesas		(2.750)	(0)
3	Superávit ou Déficit do Período	10	(818)	546

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO (Nota 08)

(Em Reais)

Código	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2015	Exercício Anterior 31/12/2014
4.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	5.362	(195)
4.01.01	Resultado do Exercício Ajustado	(818)	546
4.01.01.01	Superávit do Exercício	(818)	546
4.01.02	(Aumento) Redução Ativos Circulantes	0	0
4.01.03	Aumento (Redução) Passivos Circulantes	6.180	(741)
4.01.03.01	Fornecedores de Bens e Serviços	(302)	302
4.01.03.02	Fundos dos Projetos	3.036	0
4.01.03.03	Outras Contas a Pagar	3.446	(1.043)
4.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	0	0
4.02.01	(Acréscimo) Redução nos Investimentos	0	0
4.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	0	0
4.02.01	Acréscimo (Redução) de Financiamentos	0	0
4.04	Aumento (Redução) Caixa e Equivalentes	5.362	(195)
4.04.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	2.800	2.995
4.04.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	8.162	2.800

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras



DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(Em Reais)

Código	Descrição da Conta	Superávit/Déficit Acumulado	Superávit/Déficit do Período	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos em 31 de dezembro de 2013	0	272	272
5.01.01	Saldo Inicial em 01 de janeiro de 2013	0	0	0
5.01.02	Transf. Superávit/Déficit Acumulado	0	0	0
5.01.03	Superávit/Déficit do Período	0	272	272
5.01.03.01	Superávit do Exercício 2013	0	272	272
5.02	Saldos em 31 de dezembro de 2014	272	546	818
5.02.01	Saldo Inicial em 01 de janeiro de 2014	0	272	272
5.02.02	Transf. Superávit/Déficit Acumulado	272	(272)	0
5.02.02.01	Superávit do Exercício 2013	272	(272)	0
5.02.03	Superávit/Déficit do Período	0	546	546
5.02.03.01	Superávit do Exercício 2014	0	546	546
5.03	Saldos em 31 de dezembro de 2015	818	(818)	0
5.03.01	Saldo Inicial em 01 de janeiro de 2015	272	546	818
5.03.02	Transf. Superávit/Déficit Acumulado	546	(546)	0
5.03.02.01	Superávit do Exercício 2014	546	(546)	0
5.03.03	Superávit/Déficit do Período	0	(818)	(818)
5.03.03.01	Déficit do Exercício 2015	0	(818)	(818)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras



NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Reais Mil)

NOTA 01 - CONTEXTO OPERACIONAL

A **Agência Adventista de Desenvolvimento e Recursos Assistenciais Sul**, inscrita no CNPJ sob nº 17.578.142/0001-33, também identificada como ADRA SUL, é uma associação da sociedade civil, pessoa jurídica de direito privado, de fins não econômicos e sem fins lucrativos, com qualificação outorgada pelo Ministério da Justiça – MJ de Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP conforme publicação no diário oficial em 16/08/2013, por atender os requisitos previstos na Lei nº 9.790/99, e no Decreto nº 3.100/99.

A ADRA SUL, com sede na cidade de Curitiba – Paraná, é uma entidade beneficente, de fins assistenciais e culturais, que tem por objetivos principais a promoção de assistência social e a gestão de recursos assistenciais.

Estatuto arquivado sob número de ordem 19.595, no Livro A, na data de 19 de dezembro de 2012, microfilmado sob o número 1.041.369 no 1º. Ofício de Registro de Títulos e Documentos de Pessoas Jurídicas da Comarca de Curitiba, PR.

NOTA 02 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As Demonstrações Financeiras inerentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 estão apresentados em Reais.

A elaboração e apresentação das Demonstrações Financeiras estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, tomando-se como base a lei nº 11.638/2007, os termos da NBC TG 1000 aprovada pela Resolução do CFC 1.255/2009 à Resolução nº 1.185/2009 do CFC e da ITG 2002 (R1) aprovada pela Resolução nº 1.409/2012 do CFC que estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação dos componentes, variações patrimoniais e de estruturação das Demonstrações Financeiras das entidades sem finalidade de lucros.

A administração da Entidade declara que as Demonstrações Financeiras refletem e espelham a realidade da entidade em todos os seus termos. Os resultados produzidos são frutos dos documentos arquivados e contabilizados, respondendo a administração a sociedade, pela veracidade, integralidade e procedência. A responsabilidade profissional do contabilista que referenda este conjunto de Demonstrações Financeiras está limitada aos fatos contábeis efetivamente notificados pela entidade a este profissional.

As Demonstrações Financeiras do exercício anterior, apresentados para fins de comparação, podem conter reclassificações, quando aplicáveis, para melhoria da informação e comparabilidade.

Foram elaboradas, segundo previsto na ITG 2002 (R1), as seguintes Demonstrações Financeiras comparativas: o Balanço Patrimonial - BP; a Demonstração do Resultado do Período - DRP; a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - DMPL; a Demonstração dos Fluxos de Caixa - DFC; e as Notas Explicativas - NE.

Com base na alínea "c", inciso VII, do Art. 4 da Lei no 9.790, de 1999 e Art. 19 do Decreto nº 3.100 de 1999, as Demonstrações Financeiras da Entidade não passaram pelo exame dos Auditores Independentes, por motivo da entidade auferir receita de recursos, oriundos dos termos de parcerias, não superior ao limite de R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais).



NOTA 03 – SUMARIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

As principais práticas contábeis na elaboração das Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 levaram em conta ao serem elaboradas e apresentadas, as características qualitativas e quantitativas, conforme determina a NBC TG 1000: Compreensibilidade, Competência, Relevância, Materialidade, Confiabilidade, Primazia da Essência sobre a Forma, Prudência, Integralidade, Comparabilidade e Tempestividade, estando assim alinhadas as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A preparação das Demonstrações Financeiras poderá requerer que a administração faça uso de certas estimativas que possam afetar valores de ativos e passivos. Também, se necessário poderá promover a divulgação de ativos e passivos contingentes na data das Demonstrações Financeiras.

A entidade elabora suas Demonstrações Financeiras usando o regime contábil de competência. No regime de competência, os itens são reconhecidos como ativo, passivo, patrimônio líquido, receitas ou despesas quando satisfazem as definições e critérios de reconhecimentos para esses itens.

03.1 Classificação de Itens Circulantes e Não Circulantes: No Balanço Patrimonial, ativos e obrigações com vencimento ou com expectativa e realização dentro dos próximos 12 meses são classificados como itens circulantes. A entidade não possui ativos e obrigações classificados como itens não circulantes com vencimento ou com a expectativa de realização superior a 12 meses;

03.2 Compensação Entre Contas: Como regra geral, nas Demonstrações Financeiras, nem ativos e passivos, ou receitas e despesas são compensados entre si, exceto quando a compensação é requerida, como no caso das Transferências Internas, ou permitida por um pronunciamento ou norma brasileira de contabilidade e esta compensação reflete a essência da transação;

03.3 Caixa e Equivalentes de Caixa: São classificados como Caixa e Equivalentes de Caixa nas Demonstrações Financeiras, os numerários em poder da empresa e moeda corrente em depósitos bancários de livre movimentação de curto prazo e de alta liquidez, bem como os recursos que possuem as mesmas características de liquidez de caixa e de disponibilidade imediata ou até três meses ou menos e que estão sujeitos a insignificantes riscos de mudança de valor;

03.4 Contas a Pagar a Fornecedores: As contas a pagar a fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso ordinário das atividades e são, inicialmente, reconhecidos pelo valor da fatura. Se o prazo de pagamento for superior a doze meses ou inferior, se relevante, o valor da obrigação a pagar é mensurado pelo custo amortizado aplicando-se o método da taxa de juros efetiva para ajuste a valor presente;

03.5 Apuração do Resultado: O resultado é apurado em conformidade com o regime contábil de competência dos exercícios, tanto para o reconhecimento de receitas quanto de despesas. As receitas de doações e subvenções são mensuradas pelo valor justo, acordados em contrato e reconhecidas quando for provável que os benefícios econômicos futuros fluam para a entidade e assim possam ser confiavelmente mensurados. Os rendimentos e encargos incidentes sobre os Ativos e Passivos e suas realizações estão reconhecidas no resultado;

03.6 Reconhecimento das Receitas: As receitas decorrentes das doações, das subvenções, dos convênios e outros instrumentos, quando recebidas para aplicação em projetos específicos, são registradas em contas próprias, inclusive as patrimoniais, segregadas das demais contas da entidade. As receitas oriundas das doações, das subvenções, dos convênios e outros instrumentos, são registradas mediante documento hábil, quando da efetiva entrada dos recursos.



NOTA 04 - OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO (PASSIVO CIRCULANTE)

Este grupo está composto pelo seu valor nominal, original e representa o saldo das contas de fornecedores de bens e serviços e outras obrigações:

Contas a Pagar	31/12/2015	31/12/2014
Fornecedores a Pagar	0	302
Entidade Congêneres a Pagar	0	1.680
Depósitos Não Identificados	5.126	0
Total a Pagar Líquido	5.126	1.982

NOTA 05 – FUNDOS PARA PROJETOS (PASSIVO CIRCULANTE)

Este item está composto pelo seu valor nominal, original e representa o saldo referente a fundos disponíveis para serem aplicados nos seguintes projetos:

Fundos para Projetos	31/12/2015	31/12/2014
Projeto Atendimento a Emergências	1.833	0
Projeto Hortas Comunitárias	0	0
Projeto Mulheres Mil	1.203	0
Total Realizável a Longo Prazo	3.036	0

NOTA 06 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O patrimônio líquido é apresentado em valores atualizados e compreende o saldo do Superávit ou Déficit Acumulado, acrescido do Superávit ou Déficit do Período conforme consta na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.

NOTA 07 - REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS

Conforme a Resolução 1.292 de 2010 e NBC TG 01, a entidade, através de deliberação de diretoria, entendeu a não necessidade de testar a recuperabilidade dos ativos no exercício de 2015, pois o mesmo foi discutido e constatou-se que esses ativos se encontram registrados corretamente, pois foram avaliados a valor de mercado neste exercício de 2015.

NOTA 08 - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA (DFC) - MÉTODO INDIRETO

A Demonstração do Fluxo de Caixa foi elaborada em conformidade com a Resolução do Conselho Federal de Contabilidade CFC Nº. 1.125/08 que aprovou a NBC TG 3 - Demonstração dos Fluxos de Caixa e também de acordo com a Resolução 1.152/09 que aprovou a NBC TG 13.

NOTA 09 - RECEITAS

As receitas correspondem ao montante dos recursos oriundos das doações, subvenções e dos termos de parcerias, conforme descrito no capítulo VI, do Estatuto Social.

NOTA 10 - DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

A Demonstração do Resultado do Exercício foi elaborada de acordo com o Art. 187 da lei nº 6.404/1976 atualizado pela Lei nº 11.941/2009.

O superávit do exercício de 2014 foi transferido ao Superávit Acumulado e o Superávit de 2015 também será incorporado ao Superávit Acumulado em conformidade com as exigências legais, estatutárias e a Resolução



1.409/2012 que aprovou a ITG 2002 (R1) em especial no item 15 que descreve que o valor do superávit ou déficit deve ser incorporado ao Patrimônio Social.

NOTA 11 - COBERTURA DE SEGUROS

Para atender medidas preventivas adotadas permanentemente, a entidade adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros considerando a natureza de sua atividade e assim atendendo principalmente o Princípio Contábil da Continuidade.

NOTA 12 - IMUNIDADE E ISENÇÃO TRIBUTÁRIA

a) Imposto de Renda e Contribuição Social

Em virtude de a Entidade ser sem fins lucrativos, goza de imunidade à incidência dos tributos federais incidentes sobre o resultado, de acordo com o Decreto 76.186 de 1975, os artigos 167 e 174 do Regulamento do Imposto de Renda – RIR aprovado pelo Decreto 3.000 de 1999 e por força do Art. 150, Inciso VI, alínea "C" e seu parágrafo 4º e Art. 195, parágrafo 7º da Constituição Federal de 05 de outubro de 1988.

A Instituição é imune à incidência de impostos, tais como: Imposto Sobre Renda - IR, Imposto sobre Propriedade Territorial Urbana - IPTU, Imposto Territorial Rural – ITR, Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis - ITBI, Imposto sobre Operações Financeiras - IOF, Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores - IPVA, Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza – ISSQN e Imposto sobre Circulação de Mercadoria e Serviço - ICMS.

b) PIS/PASEP e COFINS

Em virtude de a Entidade ser sem fins lucrativos, está sujeita ao pagamento da contribuição para o PIS calculada sobre a folha de salários à alíquota de 1%, de acordo com a Lei 9.532/97, e goza do benefício por não incidência da COFINS sobre as receitas relativas às atividades próprias da Entidade, de acordo com a Lei 9.178/98.

NOTA 13 – NÃO DISTRIBUIÇÃO DE RESULTADOS

A Entidade não distribuiu resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio sob nenhuma forma ou pretexto, bem como, seus dirigentes, conselheiros, sócios e demais beneméritos, não perceberam vantagens ou benefícios, por qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhes fossem atribuídas pelos respectivos atos constitutivos, no exercício de 2015 e 2014.

Curitiba, 31 de dezembro de 2015.

Pablo Leonardo de Lima Ramos

Contador

CRC/PR 063935/O-1

CPF 057.956.689-74



DECLARAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras e das Notas Explicativas

Após exame das Demonstrações Financeiras da **Agência Adventista de Desenvolvimento e Recursos Assistenciais Sul – ADRA SUL** referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, bem como das Notas Explicativas, a diretoria declarar que:

- a) reviu, discutiu e concorda com as Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015.

Curitiba, 31 de dezembro de 2015.

Marlinton Souza Lopes
Presidente
CPF 037.015.538-66

Carlos Alberto Blotz
Conselheiro Fiscal
CRC/PR 063935/O-1